ATA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO MONUMENTO NATURAL DO ITABIRA AO CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de março de 2024, às nove horas, no auditório do Sindicato Rural (Sindirural) do município de Cachoeiro de Itapemirim, ocorreu a reunião de apresentação da Minuta do Plano de Manejo do Monumento Natural do Itabira a seu Conselho Consultivo. Na oportunidade, estiveram presentes 18 participantes, previamente convidados a comparecerem. Anterior ao início da reunião, os presentes foram informados que a reunião estava sendo gravada em vídeo e áudio. Foi perguntado aos participantes se alguém se opunha, mas não houveram manifestações contrárias. Dando início à referida reunião, o representante da Alupar, Sr. Marcos Vinicius dos Santos, falou sobre o histórico de participação da Alupar, motivada pelo cumprimento de compensações ambientais no município e nas redondezas, rememorando a criação de unidade de conservação, o processo de elaboração do Plano de Manejo do MONA O Frade e A Freira e do próprio processo de elaboração do Plano de Manejo do MONAI e de adequação dos seus limites. Na sequência, o Diretor Técnico da Azurit, André Franco, tomou a palavra e iniciou a apresentação da Minuta do Plano de Manejo do MONAI. Inicialmente, André Franco explicou sobre o método adotado para a elaboração do Plano de Manejo, pautado na Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nº 7/2017, com destaque a Oficina de Planejamento Participativo, momento em que coletivamente elaborou-se os itens principais a serem apresentados em Planos de Manejo, quais sejam: Propósito; Significâncias; Recursos e Valores Fundamentais; Necessidade de Planejamento e Dados; Atos Legais, Administrativos e Normas; e Zonas de Manejo. André mencionou, ainda, todo o histórico de atuação da Azurit no território, que parte desde agosto de 2020 até o presente momento, em que se realizaram diversos estudos e incursões a campo para realização da Caracterização Ambiental do MONAI, Adequação dos Limites, Diagnóstico Participativo, Reuniões Públicas e demais atividades pertinentes aos estudos técnicos que embasaram a elaboração do Plano de Manejo ora apresentado. Em continuidade, o orador apresentou a itemização adotada para o Plano de Manejo, realizou a leitura da Ficha Técnica elaborada para o MONAI e pediu licença para leitura *ipsis litteris* dos itens principais do Plano de Manejo anteriormente mencionados. Entre a leitura dos itens, André Franco trouxe aspectos do diagnóstico da unidade, bem como memórias da Oficina de Planejamento Participativo (OPP), para contextualizar os textos elaborados pela equipe de planejamento participativo durante a OPP. O primeiro item a ser

Autenticar documento em https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300034008500310035003200310095400520094100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Autenticar documento em https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300034008500310035003200310095400520094100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Assinado digitalmente por VICTOR GALVAO RABBI:14799447777 Data: 21/03/2024 09:46:33
Digitalizado com CamScanner

apresentado foi o Propósito, que remete à razão específica pela qual a unidade foi criada. Em segundo momento, trouxe as Significâncias do MONAI, que refletem as demandas científicas e acadêmicas, bem como as percepções socioculturais mais atuais sobre a Unidade. Foram elencadas como Significâncias da Unidade: as Formações Rochosas, inseridas no contexto geológico dos Maciços do Caparaó, configurando relevo característico da porção sul do estado do Espírito Santo; o Ponto Geográfico, uma vez que o Pico do Itabira figura como referência que remonta há quase 100 anos de expedições nacionais e internacionais, e, atualmente, compõe a Rota Mundial de Escalada; a Beleza Cênica, uma vez que o MONAI é constituído por um conjunto de formações rochosas exuberantes, com reconhecida beleza cênica e paisagística, cujo Pico se destaca por sua imponência; as Nascentes, dado que o MONAI é um berçário de nascentes que contribuem para a bacia hidrográfica do rio Itapemirim e para o abastecimento de água para a população local. Foi dado destaque à nascente do Lameiro, área de recarga hídrica de grande relevância para o MONAI; a Biodiversidade, dado que o MONAI abriga uma ampla diversidade de espécies da fauna e flora nacional, com potencial ocorrência de mais de 200 espécies florísticas e de 500 espécies faunísticas, sendo muitas delas endêmicas, raras e/ou ameaçadas. Apresenta significativos remanescentes de Mata Atlântica em Cachoeiro de Itapemirim, importantes abrigos e refúgios da vida e lócus privilegiado para realização de pesquisa científica e educação ambiental; a Vegetação Rupestre que se encontra no MONAI, que se desenvolve nos afloramentos rochosos da unidade, que oferecem condições edáficas específicas que, quando combinadas às características ambientais, proporciona a ocorrência de flora e fauna endêmicas; o Legado Histórico e Cultural, uma vez que desde os tempos primórdios, o MONAI representa um elemento de referência para distintas culturas e evoca uma sensação de pertencimento ao cachoeirense e uma fonte de inspiração, traduzidas em toponímias, referências paisagísticas, produtos locais e manifestações artísticas e literárias. Em sequência, apresentaram-se os Recursos e Valores Fundamentais. Tratam-se de aspectos ambientais, culturais, históricos, paisagísticos, entre outros, que, em conjunto, são representativos de toda a UC e que estão diretamente ligados ao propósito e às significâncias da unidade de conservação. André menciona que, quando da realização da OPP, foram elencados: a Paisagem/Pico do Itabira; as Águas; os Remanescentes Florestais; e a Biodiversidade. A partir da apresentação dos RVF, André trouxe as tabelas construídas para avaliação de cada um deles, com o intuito de analisar cada um dos recursos e valores anteriormente mencionados. Para cada um dos RVF, apresentou-se: i) identificação da condição atual e tendências; ii) identificação das

Autenticar documento em https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300034008500310035003200310095400520094100. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
14.063/2020.

Digitalizado com CamScanner

ameaças e oportunidades; e iii) definição das necessidades de dados e planejamento. Deu-se destaque ao item iii) definição das necessidades de dados e planejamento, que indicam as lacunas de conhecimento que devem ser supridas para que se faça a gestão adequada do MONAI ao curto, médio e longo prazo, e os Programas a serem desenvolvidos para a gestão e ordenamento de ativos no território. A partir desta análise, André explicou que os participantes da OPP indicaram questões-chave do MONAI, que descrevem um gargalo de gestão para a efetiva consolidação da UC e de como ela é manejada, sendo: i) Implementação de Infraestrutura e Denominação de Equipe Técnica para Administração e Gestão do MONAI, sobretudo em função da carência em pontos de referência do órgão gestor, para o qual se observa a necessidade de elaboração e implementação do Programa de Administração e Gestão; ii) Produção de Conhecimento Científico, dada as lacunas de conhecimento científico identificadas para a Unidade. André ressaltou que, durante a elaboração dos estudos conduzidos pela Azurit, o método adotado pautou-se majoritariamente no levantamento de dados secundários disponíveis em literatura, mesmo que, quando da incursão a campo para realização dos estudos para Adequação dos Limites do MONAI, levantaram-se dados primários relativos aos meios físico, biótico e socioeconômico. São temas prioritários à pesquisa: o inventário de biodiversidade, o estudo de visada, o mapeamento de recursos hídricos e o mapeamento dos focos de incêndios. Para esta questão-chave, André menciona a necessidade de elaboração e implementação do Plano de Fomento à Conservação e à Pesquisa Científica; iii) Comunicação e Divulgação da Unidade de Conservação, para o qual tem-se a necessidade do Plano de Divulgação e Comunicação Social; iv) Avaliação do Ordenamento Territorial de Áreas Adjacentes ao MONAI, para a qual deverá ser elaborado e implementado o Plano de Ordenamento Territorial e Uso Público, após obtenção de dados de mapeamento do uso e ocupação do solo, dos atrativos turísticos; estudo de aptidão e uso do solo; inventário dos recursos hídricos, estudo da capacidade de carga. Neste momento, André deu destaque a questão-chave relacionada à implementação de infraestrutura e denominação de equipe técnica para administração e gestão do MONAI, indicando que deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local para a execução não apenas destas atividades, mas como de todos os outros programas a serem executados, quando cabível. Na sequência, ocorreu a apresentação da Priorização das Necessidades de Dados e das Necessidades de Planejamento, resultante de um somatório de votos dos participantes da OPP. Ressaltou-se que, durante a OPP, os RVF e as questões-chave foram discutidas de forma agrupada, tratando-os como um elemento apenas. André indicou

Autenticar documento em https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300034008500310035003200310095400520094100. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
14.063/2020.

Digitalizado com CamScanner

que cada participante da OPP teve direito a cinco (5) votos, que poderiam ser distribuídos entre necessidade de planejamento e de dados. As necessidades de planejamento assinaladas foram organizadas em ordem de importância, conforme a quantidade de votos recebidos, sendo Classe de prioridade alta: nove (9) ou mais votos; Classe de prioridade média: entre quatro (4) e oito (8) votos; e Classe de prioridade baixa: três (3) ou menos votos. No entanto, em reunião realizada em dia anterior (treze de março de 2024) com os participantes da OPP, neste mesmo lugar, foi solicitada alteração desta métrica para as classes de alta, sendo oito (8) ou mais votos, e média prioridade, sendo de quatro (4) a sete (7) votos, ficando, portanto, a ordem de prioridade de elaboração e implementação dos programas do MONAI a seguinte: Alta Prioridade: Plano de Educação Ambiental, Programa de Qualificação e Assistência Técnica Rural, Plano de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas, Plano de Manutenção de Acessos, Sinalização e Controle do Tráfego; Média Prioridade: Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Plano de Ordenamento Territorial e Uso Público, Plano de Monitoramento, Fiscalização e Controle Ambiental, Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais; e Baixa prioridade: Programa de Adesão e Apoio aos Programas de Saneamento Rural, Plano de Divulgação e Comunicação Social, Plano de Apoio à Regularização Ambiental, Plano de Apoio à Regularização Hídrica, Plano de Fomento à Conservação e à Pesquisa Científica e Programa de Administração e Gestão. André destacou que os programas elencados como questão-chave, apesar de não estarem todos apontados como de alta prioridade, devem ser elaborados e executados, justamente por se tratarem de uma questão-chave. Além disso, o orador mencionou que a Azurit irá elaborar um documento orientativo à execução dos cinco primeiros programas apontados como prioritários, em que se apresentará as atividades a serem desenvolvidas, o cronograma de implantação, a necessidade de capital humano para a sua devida gestão e os custos relacionados. Em sequência, André tratou dos componentes normativos do Plano de Manejo do MONAI, que trazem os aspectos geojurídicos e protetivos relativos ao MONAI; os Atos legais e administrativos, que são requisitos específicos, estabelecidos independentemente do plano de manejo e que devem ser observados pelos gestores e usuários da unidade; as normas gerais – que são os princípios e regras que regem o uso e o manejo dos recursos naturais da UC; e o Zoneamento e Normas Específicas de cada zona, que consistem no ordenamento territorial da área, pois estabelecem regras e usos diferenciados para cada zona de manejo, segundo os objetivos da UC. Os Atos, por serem normas e leis já criadas, relacionadas às esferas municipal, estadual e nacional, foram abordados. Ao contrário,

Autenticar documento em https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300034008500310035003200310095400529094100. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
14.063/2020.
ICP Brasil
Digitalizado com CamScanner

as normas gerais e as normas específicas de cada zona de manejo (Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Recuperação e Zona de Amortecimento), foram lidas em totalidade, destacando as alterações já solicitadas pelos participantes da OPP. Coube destacar que o limite da Zona de Amortecimento do MONAI foi estabelecido pelo Decreto nº 33.320, de 27 de setembro de 2023, não sendo, portanto, alvo de avaliação da OPP. Durante a leitura das normas e apresentação das Zonas de Manejo, a participação dos presentes foi constantemente realizada, tanto para esclarecimentos de dúvidas quanto para apontamentos de sugestões, que serão posteriormente apresentadas aos participantes da OPP, para aprovação e incorporação definitiva, se assim se der, no Plano de Manejo da unidade. Participaram deste momento: o Promotor Dr. Wagner Eduardo Vasconcelos, representante do Ministério Público do estado do Espírito Santo, questionou acerca da altura das edificações a serem implementadas na Zona de Amortecimento. Ele informou que irá avaliar o caso e encaminhar sugestão de redação, considerando a legislação vigente. O Sr. Victor Rabbi, Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), questionou acerca da possibilidade de utilização de áreas do MONAI e ZA para compensação florestal e por intervenção em Área de Preservação Permanente (APP). A Sra. Fabiana Ramos Dias Caçador, Gerente de Recursos Naturais, da Semurb, reforçou a pauta da altura das edificações na Zona de Amortecimento. A Sra. Janine Scandiani, representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (Iema), indicou a importância de constar no detalhamento do planos e programas os recursos humanos necessários para adequada implementação. O Sr. Dietrich Kaschner, Secretário de Desenvolvimento Econômico, também questionou sobre as possibilidades de compensação ambiental na área do MONAI e ZA. Na sequência, André concluiu a apresentação indicando os itens a serem anexados ao Plano de Manejo do MONAI e os demais conteúdos a serem produzidos pela Azurit, como os cinco (5) Programas Ambientais prioritários, uma cartilha pedagógica de divulgação e a versão final do Plano de Manejo. Em encerramento, André convidou os presentes a participarem do documentário, a ser produzido pela Azurit, sobre o MONAI e o processo de elaboração do Plano de Manejo. A presente ATA foi lida em totalidade para todos os presentes. Sem mais o que se tratar, o Presidente do Conselho Consultivo, Sr. Secretário Victor Rabbi, deu a reunião por encerrada.

Autenticar documento em https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300034008500310035003200310095400520094100. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
14.063/2020.

ICP Brasil

Digitalizado com CamScanner